



Capitalismo e Bruxaria em Teorias Femininas: uma crítica

REGINA WEBER

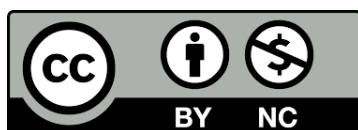
UNIVERSIDADE FEDERALRIO GRANDE DO SUL 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e265759, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.265759>

e-ISSN: 2525-5649



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

Capitalismo e Bruxaria em Teorias Femininas: uma crítica

RESUMO: Este artigo apresenta e questiona teorias desenvolvidas a partir do final da década de 1960 por intelectuais feministas de vertente marxista que atribuem ao capitalismo um protagonismo ímpar na determinação da condição feminina na sociedade moderna. O desdobramento mais agudo dessas teorias é a vinculação do fenômeno da caça às bruxas ao capitalismo. A crítica a essas interpretações é feita com base na História Social e nos estudos de transição para o capitalismo e com a sinalização de contradições em alguns argumentos.

PALAVRAS-CHAVE: acumulação primitiva; capitalismo; bruxas; feminismo; gênero.

Capitalismo y brujería en teorías feministas: una crítica

RESUMEN: Este artículo presenta y cuestiona teorías desarrolladas a partir de finales de la década de 1960 por intelectuales feministas de orientación marxista que atribuyen al capitalismo un protagonismo singular en la determinación de la condición femenina en la sociedad moderna. El desarrollo más agudo de estas teorías es la vinculación del fenómeno de la caza de brujas con el capitalismo. La crítica a estas interpretaciones se basa en la Historia Social y en los estudios sobre la transición al capitalismo, señalando contradicciones en algunos argumentos.

PALABRAS CLAVE: acumulación primitiva; capitalismo; brujas; feminismo; género.

Capitalism and Witchcraft in Feminist Theories: a criticism

ABSTRACT: This article presents and questions theories developed from the end of the 1960s by Marxist feminist intellectuals, who attribute to capitalism a unique role in determining the condition of women in modern society. The most acute development of these theories is the linking of the witch-hunt phenomenon to capitalism. Criticism of these interpretations is based on social history and studies of the transition to capitalism, and on pointing out contradictions in certain arguments.

KEYWORDS: primitive accumulation; capitalism; witches; feminism; gender.

Capitalismo e Bruxaria em Teorias Femininas: uma crítica

REGINA WEBER

Introdução

Este artigo inicia revisando teorias dos anos 1960 e 1970 basicamente expostas por Margaret Benston, Mariarosa Dalla Costa e Selma James, autoras mencionadas pela literatura que trata de feminismo e libertação feminina. Na sequência, o ponto central deste texto é a análise crítica dos argumentos de Maria Mies e, principalmente, de Silvia Federici, que atribuem à perseguição e ao extermínio das bruxas um papel equivalente ou maior do que o dos cercamentos na gestação do capitalismo. Por fim, se reconhece a receptividade a essas teorias feministas a despeito de haver um conjunto significativo de pesquisas em História Social que contrariam tais argumentos.

Manifestos nas décadas 1960 e 1970: o capital como agente

Segundo os editores de *Monthly Review*, Margaret Benston é reconhecida por ter contribuído com avanços teóricos do feminismo marxista e socialista, em especial com o posterior desenvolvimento de uma teoria contemporânea da reprodução social, que passou a representar uma distintiva tradição da teoria feminista do materialismo histórico, o que é indicado pelo título do texto de Margaret, “The Political Economy of Women’s Liberation”.¹ Margaret Benston estudou química e filosofia nos anos 1950.

Benston argumenta, em seu texto, que existe uma condição que atravessa qualquer classe social, designando um lugar inferior à mulher, e que as raízes dessa inferioridade são econômicas, uma vez que as relações das

¹ Margaret Benston, “The Political Economy of Women’s Liberation”, *Monthly Review*, New York, Set. 2019, <https://monthlyreview.org/2019/09/01/the-political-economy-of-womens-liberation/>. Texto publicado originalmente na versão física da revista *Monthly Review*, v. 21, n. 4 (1969), pp. 13-27.

mulheres com os meios de produção são diferentes das dos homens. Além disso, os fatores sociológicos e psicológicos, muitas vezes empregados para justificar o *status* inferior das mulheres, são, na verdade, decorrentes dessa relação especial com a produção. O foco do artigo de Margaret direciona-se para a sociedade capitalista, que é dividida entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho por um salário e, principalmente, pela produção de mercadorias. O trabalho doméstico, reservado às mulheres, permanece na fase pré-mercado:

Em termos de volume, o trabalho doméstico, incluindo o cuidado infantil, constitui um vasto montante de produção socialmente necessária. No entanto, em uma sociedade baseada na produção de mercadorias, ele geralmente não é considerado 'trabalho real', uma vez que está fora das relações de troca e do mercado. Ele é pré-capitalista em um sentido muito real.²

Segundo a autora, os homens não têm responsabilidade no trabalho doméstico, e as mulheres, se não estão excluídas da produção de bens, não teriam “responsabilidade estrutural nesta área”, pois sua participação é normalmente considerada transitória. Sendo a produção de mercadorias a base do estatuto superior dos homens, a condição das mulheres no capitalismo, segundo o argumento de Benston, é similar à de pessoas que permanecem fora da produção de mercadorias, como os servos e camponeses.³

Voltando seu olhar para a sociedade contemporânea, Benston questiona o argumento de que, no neocapitalismo, o trabalho doméstico teria sido reduzido, pois, mesmo nas camadas mais ricas, há um mínimo de trabalho envolvendo cuidados com a casa, o marido e as crianças. Por não ter um lugar ativo no mercado, a mulher tem pouco controle sobre sua própria vida, e até mesmo as mulheres que atuam no setor industrializado da economia funcionam como uma massiva reserva de força de trabalho.

A análise de Benston conduz a uma proposta concreta para liberação das mulheres, qual seja: conversão do trabalho doméstico em trabalho de economia pública, sob o argumento de que a quantidade de trabalho não remunerado realizado pelas mulheres é algo muito lucrativo para aqueles que possuem os meios de produção. As ideias de Margaret Benston anteciparam as teses posteriormente defendidas na *Campanha de Salários para o Trabalho Doméstico*, cujas ações incluíram as marchas *Wages for Housework* (1977) e a

² Benston, “The Political Economy of Women’s Liberation”. As traduções do inglês foram realizadas por Monica Silva Carneiro (Monica Assessoria Linguística), que também revisou o Abstract.

³ Benston, “The Political Economy of Women’s Liberation”.

fundação da *International Wages for Housework Campaign*.⁴ Para a autora, a defesa da conversão do trabalho doméstico privado em indústria pública não se faz necessária em uma sociedade socialista, pois, nesse caso, as forças de produção operariam para o bem-estar humano, e não para o lucro privado, e o resultado seria liberação, e não desumanização.

Benston alega que as análises sociais com base na estrutura de classes ignoram a questão feminina. A sociedade em questão é a capitalista, e a crítica se direciona aos marxistas. Como fica então a “woman question” antes da formação do capitalismo?

Uma resposta foi dada por Mariarosa Dalla Costa e Selma James, autoras que também atuaram no *Wages for Housework* na Itália e na Grã-Bretanha. Mesmo publicando antes da década de 1970, as autoras alegam que o capitalismo destruiu antigos grupos familiares e comunidades e criou a moderna família e a função da dona de casa.⁵ Embora reconheçam que a opressão da mulher não iniciou com o capitalismo, segundo as autoras o capitalismo intensificou a exploração da mulher como mulher pelas transformações operadas na estrutura social:

O Capital, ao destruir a família, a comunidade e a produção como um todo, por um lado concentrou a produção social básica na fábrica e no escritório, e por outro, em essência, separou o homem da família e o transformou em um trabalhador assalariado (...) Os primeiros a serem excluídos do lar, depois do homem, foram as crianças; eles as mandaram para a escola.⁶

Nesse argumento, a sociedade pré-capitalista é vista como uma comunidade cooperativa de servos – ainda que não livres – que envolvia, em um mesmo grau, mulheres, crianças e homens. Essa estrutura foi quebrada pelo capitalismo, e as crianças foram enviadas para a escola porque essa é um centro de disciplina ideológica e de formação da força de trabalho.

Segundo as autoras, o controle do capitalismo teria se estendido aos úteros, afetando a integridade física da mulher. Além disso, se antes havia controle das sexualidades feminina e masculina, existiam também eficientes métodos contraceptivos que desapareceram. A perda desses recursos antigos de controle de natalidade é associada ao momento que “as mulheres foram

⁴ Silvia Federici, “On Margaret Benston: The Political Economy of Women's Liberation”, *Monthly Review*, New York, Set. 2019, <https://monthlyreview.org/articles/on-margaret-benston/>.

⁵ Mariarosa Dalla Costa e Selma James, “Women and the Subversion of the Community”, in *The Power of Women and the Subversion of the Community*, Bristol: Falling Wall, 1975, pp. 21-56.

⁶ Dalla Costa e James, “Women and the Subversion of the Community”, p. 24.

forçadas a ter filhos e foi proibido o direito ao aborto”.⁷ O interesse na procriação seria do capital, com engajamento do trabalhador assalariado e cabeça da família. Dalla Costa e James direcionam sua análise principalmente para a sociedade contemporânea e, tendo mapeado estas relações de poder entre homens e mulheres, assinalam o movimento *gay* como “A mais abrangente tentativa de desvincular sexualidade e poder”; em contraposição, o capital eleva a heterossexualidade ao patamar de religião.⁸

Nas leituras revistas até aqui, podemos observar a ampliação, em termos analíticos, dos poderes do capital em áreas muito além da economia. Entretanto, pesquisas históricas, com estudos mais localizados, podem matizar as interpretações generalizantes de Benston, Dalla Costa e James. Por exemplo, referindo-se a cidades como Paris e Lyon no século XVI, Natalie Davis, em livro de meados da década de 1970, relata que “quase todas as mulheres, de uma forma ou de outra, tomavam parte na vida econômica da cidade”.⁹

Também é necessário revisitar teorias marxistas e não marxistas sobre o processo da transição para o capitalismo. Marx afirma que foi lento o desaparecimento da “indústria subsidiária rural” ou “ofício doméstico”, atividades de subsistência complementares à atividade agrícola dos produtores independentes, e que essas atividades eram realizadas pela “família”.¹⁰ As mulheres e crianças estiveram presentes na instalação do capitalismo no *domestic system*, que caracterizou um dos modos fabris iniciais. Em sua história da Revolução Industrial, Ashton descreve uma máquina manual de multiplicar a produção de fios,¹¹ a *Jenny*, que era pequena e fácil de operar e, por essa razão, adaptou-se à indústria doméstica e ao trabalho de mulheres e crianças que fiavam em casa; esse modelo foi superado depois pelas máquinas movidas à força motriz. Aqui a produção de bens (mercadorias) operada por mulheres não parece lhes garantir uma melhor condição social.

O surgimento da escola não pode ser atribuído a uma ação do capital, pois suas origens são complexas. Segundo Van Dülmen, a educação infantil e juvenil no âmbito doméstico continuou importante ao longo da Idade Moderna, tendo havido uma expansão da escola durante o século XVI, processo propiciado pelas comunidades, cidades, autoridades e Igrejas. No

⁷ Dalla Costa e James, “Women and the Subversion of the Community”, pp. 30-31.

⁸ Dalla Costa e James, “Women and the Subversion of the Community”, p. 32.

⁹ Natalie Zemon Davis, *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 66.

¹⁰ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política: livro 1*, São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp. 273-274.

¹¹ Thomas Southcliffe Ashton, *A Revolução Industrial 1760-1830*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1971, p. 94.

entanto, ainda se desconhecia a escolarização geral obrigatória.¹² Além disso, a história social também registra a recusa, de famílias trabalhadoras, de enviar seus filhos à escola em favor de empregá-los em fábricas ou indústrias caseiras.¹³

A afirmação “o patriarca em condição de sujeição foi transformado no trabalhador assalariado 'livre'”,¹⁴ ao se referir aos antigos servos, causa estranheza para quem desconhece que os sentidos atribuídos pela literatura intelectual feminista ao conceito de “patriarcado” não são os mesmos do pensamento sociológico que lhe faz frente: “a tese da criação do patriarcado pelo sistema capitalista é uma visão que torna obscura as análises desenvolvidas no Brasil sobre a emergência de um patriarcalismo agrário e escravista”.¹⁵

Esses questionamentos à coerência histórica dessas e de outras teorias feministas, que incluem a caça às bruxas em sua narrativa, não implicam desconhecer seu alcance em termos de difusão. As ideias dos anos 1970 estão presentes na Introdução do livro *O Martelo das Feiticeiras*, escrita pela reconhecida feminista brasileira Rose Marie Muraro.¹⁶

As bruxas como ameaça ao capitalismo

Entendendo que havia questões negligenciadas por muitas feministas na década de 1980, Marie Mies se propôs a realizar uma “nova avaliação do que é o capitalismo e como a exploração e a opressão das mulheres, ou o patriarcado, estão ligadas ao processo de acumulação capitalista”.¹⁷ Mies foi uma socióloga, marxista e feminista, professora da Universidade de Ciências Aplicadas de Colônia (Alemanha). Depois de quatro décadas da edição original, seu livro foi recentemente (2022) traduzido no Brasil, um ano antes de seu falecimento, ocorrido em 2023.

O uso de categorias marxistas inspiradas em Rosa Luxemburgo e a crítica a Marx estão presentes em *Patriarcado e Acumulação*: “Em contraste com

¹² Richard Van Dülmen, *Los inicios de la Europa moderna. 1550-1648*, Madrid: Siglo XXI, 1990, p. 275.

¹³ Cláudia Fonseca, “A História Social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar”, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v.1, n. 27 (1989), pp. 51-73 (p. 55).

¹⁴ Dalla Costa e James, “Women and the Subversion of the Community”, p. 24.

¹⁵ Neuma Aguiar, “Patriarcado, sociedade e patrimonialismo”, *Sociedade e Estado*, v. 15, n. 2 (2000), pp. 303-330 (p. 323), <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>.

¹⁶ Rose Marie Muraro, “Breve introdução histórica (ao livro *O martelo das feiticeiras*)”, *Em aberto*, v. 27, n. 92 (2014), pp. 177-187 (p. 177), <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.27i92.2515>.

¹⁷ Maria Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho*, São Paulo: Ema Livros/ Timo, 2022, p. 70.

Marx, considero a produção capitalista como um processo que compreende tanto a superexploração de trabalhadores não assalariados (mulheres, colônias, camponeses) quanto a exploração de trabalho assalariado”.¹⁸ Ao explicitar que a opressão feminina, identificada como “tendências neopatriarcais”, ocorre tanto na Rússia (pátria da revolução socialista) quanto na China, Mies emprega a expressão “sistemas de acumulação”, que podem ser capitalistas (orientados para o mercado) ou socialistas (centralmente planificados).¹⁹

Por meio do livro de Marie Mies sabe-se que as teorias que associam a caça às bruxas com a repressão ao comportamento sexual e reprodutivo das mulheres e com o capitalismo já existiam desde os anos 1970, e, como base nestes estudos anteriores, ela formula sua própria interpretação sobre isso:

Além disso, milhões de mulheres, em sua maioria camponesas pobres ou de origem urbana pobre, foram durante séculos perseguidas, torturadas e, por fim, queimadas como bruxas porque tentavam manter alguma autonomia sobre seus corpos, em particular sobre suas forças geradoras. O ataque da Igreja e do Estado às bruxas se dirigia não só à subordinação da sexualidade feminina como tal, embora esta desempenhasse um papel importante, mas também às suas práticas como abortistas e parteiras. (...) A caça às bruxas não teve apenas o efeito disciplinar direto de controlar o comportamento sexual e reprodutivo das mulheres, mas também o de estabelecer a superioridade da produtividade masculina sobre a produtividade feminina.²⁰

Ao final desse “processo civilizador”, as mulheres estavam disciplinadas o suficiente para trabalhar como donas de casa para um homem, como trabalhadoras assalariadas para um capitalista ou para ambos.²¹

Argumentos semelhantes aos de Marie Mies são encontrados na obra *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, de Silvia Federici, derivada de uma publicação de 1984 em italiano, vertida para o inglês em 2004 e editada em versão impressa no Brasil em 2017.²² A fermentação das ideias que influenciaram Federici é mais antiga, pois, a partir de discussões realizadas em Nova York, em 1968, e que logo se estenderam para outras cidades, a figura da bruxa influenciou a formação de “uma rede e grupos

¹⁸ Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, p. 28, p. 115.

¹⁹ Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, pp. 311-312.

²⁰ Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, p. 150.

²¹ Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, p. 151.

²² Silvia Federici, *Caliban and the Witch*, New York: Autonomedia, 2004; Silvia Federici, *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, São Paulo: Elefante, 2017.

feministas autônomos que teve um papel importante na fase inicial do movimento de liberação das mulheres nos Estados Unidos”.²³

O livro *Calibã e a Bruxa* teve boa acolhida do público no campo dos estudos de gênero no Brasil, como pode ser constatado pelas inúmeras resenhas da obra. A autora se insere no debate maior da emergência do capitalismo, propondo uma interpretação alternativa a outras já existentes quando do lançamento do livro na versão norte-americana em 2004:

Calibã e a Bruxa mostra que, na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.²⁴

(...) a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução. Como veremos mais adiante, essa guerra foi travada principalmente por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa.²⁵

Partindo de um referencial marxista, mas criticando sua ortodoxia, a autora concede à caça às bruxas um protagonismo central no processo de acumulação capitalista e uma ação política essencial aos novos Estados. Em resumo, o capitalismo precisava de mão de obra, e o Estado, a seu serviço, condenou barbaramente qualquer mulher suspeita de controlar a natalidade – por aborto, contracepção ou infanticídio –, tendo também excluído as mulheres dos saberes relativos à produção da vida através da “apropriação estatal da capacidade reprodutiva das mulheres”.²⁶ O argumento de que o objetivo da caça às bruxas seria o controle do comportamento sexual e reprodutivo das mulheres está alinhado ao pensamento de Maria Mies.

Federici menciona os estudos precedentes de Dalla Costa e James, segundo os quais a assimetria de poder entre mulheres e homens na sociedade capitalista é “efeito de um sistema social de produção que não reconhece a produção e a reprodução do trabalho como uma fonte de acumulação do capital”, bem como outros estudos que associaram a caça às bruxas à

²³ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 291.

²⁴ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 34.

²⁵ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 174.

²⁶ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 13.

“tentativa da classe capitalista emergente de estabelecer seu controle sobre a capacidade produtiva das mulheres”.²⁷

Não apenas o capitalismo e o Estado participaram do processo de submissão feminina, mas igualmente os próprios maridos. Em razão disso, a autora critica Marx por ele não ter reconhecido “que a procriação poderia se tornar um terreno de exploração” e que as mulheres pudessem se recusar a reproduzir, podendo essa recusa se transformar em luta de classes. “Por mais empobrecidos e destituídos de poder, os trabalhadores assalariados homens ainda podiam ser beneficiados pelo trabalho e pelos rendimentos de suas esposas, ou podiam comprar os serviços das prostitutas”.²⁸ O mesmo se aplica aos camponeses que se dedicavam à indústria doméstica:

Longe de evitar o casamento e a formação de uma família, os homens que trabalhavam na indústria artesanal doméstica dependiam disso — afinal, uma esposa podia “ajudar-lhes” com o trabalho que eles realizavam para os comerciantes, ao cuidarem de suas necessidades físicas e do provimento dos filhos, que, desde a tenra idade, podiam ser empregados no tear ou em alguma ocupação auxiliar.²⁹

Considerando que homens camponeses e assalariados estão situados na corrente de exploração das mulheres, fica bastante isolada a figura masculina que dá título ao livro de Federici – *Calibã*, um homem caribenho descrito em tons heroicos:

Na minha interpretação, no entanto, *Calibã* não apenas representa o rebelde anticolonial cuja luta ressoa na literatura caribenha contemporânea, mas também é um símbolo para o proletariado mundial e, mais especificamente, para o corpo proletário como terreno e instrumento de resistência à lógica do capitalismo.³⁰

É conhecida a relação entre perseguição a piratas e rebeldes caribenhos (os “*Calibãs*”) e interesses econômicos emergentes, tal como na descrição do “proletariado marítimo” feita por Linebaugh.³¹ Porém, considerando a lógica do argumento de *Calibã e a Bruxa*, faltou explicitar qual parte do proletariado europeu *Calibã* iria inspirar – o feminino ou o masculino? Ou que posição ele tomaria na luta de classes derivada da recusa das mulheres a reproduzir?

²⁷ Federici, *Calibã e a bruxa*, pp. 17-18, p. 293.

²⁸ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 197.

²⁹ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 194.

³⁰ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 23.

³¹ Peter Linebaugh, “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”, *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6 (1983), pp. 7-46 (p. 36).

O estudo de Federici é baseado em fontes bibliográficas e resgata alguns conteúdos históricos com riqueza de detalhes e imagens, contudo sente-se a falta de fontes documentais para embasar afirmações dissonantes. Em contradição com as afirmações categóricas e o volume de páginas, a autora alerta que o livro apresenta “apenas um esboço da pesquisa que seria necessária para esclarecer as conexões mencionadas e, especialmente, a relação entre a caça às bruxas e o desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho que confina as mulheres ao trabalho reprodutivo”.³²

Na sequência, este artigo concentra a crítica em alguns argumentos controversos expostos em *Calibã e a Bruxa*, mas que estão presentes em outras obras feministas, como visto anteriormente, e agrupa esses argumentos em dois eixos: a) os que propõem um novo recorte para a acumulação primitiva, para o surgimento do capitalismo e para a Idade Média calcados em afirmações e temporalidades que não encontram respaldo na História Social; b) os que categorizam os agentes da queima das bruxas a favor do capitalismo (Igreja, elites europeias, Estado, filósofos naturais), isentando as comunidades rurais.

Acumulação primitiva, capitalismo e periodização

Silvia Federici se propõe a repensar a análise da acumulação primitiva de Marx a partir de um ponto de vista “feminista”, pontuando que a visão marxiana contribuiria para a naturalização da esfera da reprodução, pois situa a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado de sexo masculino.³³ Em sintonia com Mies e ignorando a História Social, Federici afirma que a família patriarcal “suruiu no período de acumulação como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres”.³⁴ Quanto à afirmação de que “as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos”,³⁵ objeta-se que não foram os homens que perderam terras, mas o campesinato, que é formado por homens, mulheres, famílias, parentes, comunidades rurais. A gravura da “família de vagabundos”,³⁶ relativa ao século XVI, retrata justamente um casal com filhos de várias idades locomovendo-se em uma estrada com seus pertences.

³² Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 30.

³³ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 19, p. 26.

³⁴ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 193.

³⁵ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 191.

³⁶ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 157.

Calibã e a Bruxa não dialoga com algumas versões da emergência do capitalismo. Ellen Wood, para citar um exemplo, afirma que interesses mais explícitos no lucro com a terra, expressos por agentes modernos, aparecem no caso inglês, no século XVII, quando é visível uma “ideologia de um capitalismo agrário em ascensão”.³⁷ Na obra de Federici, o controle das mulheres, desde o fim do período medieval, é algo projetado em benefício do capitalismo e, por isso, uma história das mulheres e da reprodução na transição para o capitalismo deve considerar:

o papel que tiveram as mulheres na crise do feudalismo e os motivos pelos quais seu poder devia ser destruído a fim de que se desenvolvesse o capitalismo (...). O capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e dos papas a um conflito social centenário que chegou a fazer tremer seu poder e que realmente produziu “uma grande sacudida mundial”. O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal.³⁸

Em poucas linhas, a autora faz afirmações categóricas que precisam ser examinadas. Segundo o seu argumento, a luta contra o poder feudal foi conduzida por um “proletariado medieval” constituído por pequenos agricultores, artesãos, trabalhadores; daí o capitalismo aparecer como “contrarrevolução”. Pode-se objetar que havia um campesinato livre no século XV inglês, o qual, na interpretação de Ellen Wood,³⁹ tornou-se arrendatário de terras dos grandes proprietários. Parte dos camponeses pôde ascender para médios proprietários (*farmers*), porém a grande maioria perdeu suas terras, tornando-se assalariados rurais. Agora, sim, temos os proletários rurais.

Vistos como uma resposta à crise do poder feudal alternativa ao capitalismo, os movimentos sociais comunistas ofereciam “a promessa de uma nova sociedade construída sobre as bases da igualdade e da cooperação”.⁴⁰ Não fica claro o que sejam “movimentos sociais comunistas”. Existiam as terras comunais (*commons*) – charcos, florestas, pastos –, cujo usufruto coletivo era garantido por “costumes em comum”. Esses costumes estavam realmente sendo destruídos pelos cercamentos e pela economia de mercado e suscitaram revoltas no início da época moderna. Em pleno século XVIII, Thompson encontra formas comunais (antigas) que sancionavam o costume, reproduzindo “uma tradição oral, uma consciência costumeira, nas

³⁷ Ellen Meiksins Wood, *A origem do Capitalismo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 89.

³⁸ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 44.

³⁹ Wood, *A origem do Capitalismo*, p. 86.

⁴⁰ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 114.

quais os direitos eram reivindicados como ‘nossos’, e não como meus ou seus”.⁴¹

A afirmação de que “o capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e dos papas a um conflito social centenário” carece de base histórica. Na historiografia pertinente, nenhum dos grupos sociais citados aparece como agente de transformação econômica no período, papel atribuído aos proprietários ingleses que se desembaraçaram de liames feudais.⁴² Já os grandes mercadores, vinculados a monopólios monárquicos, perderam espaço com a abolição dos privilégios, na Inglaterra de meados do século XVII, pelos *Navigation Acts*.⁴³

Em termos de diálogo acadêmico, a obra de Wallerstein sobre a economia-mundo é incorporada pela autora, mas sem ela debater o que, nesse autor, não coaduna com sua própria visão. Afirmar que os trabalhadores europeus só obtiveram aumento de salários na Europa e o direito de se organizar quando terminou a escravidão é desconhecer que,⁴⁴ no seio da economia-mundo, convivem diferentes modos de organização do trabalho e que, por sua vez, essas formas de organização do trabalho afetam o sistema político.⁴⁵ Em resumo, a escravidão americana foi a contraface do trabalho livre na Europa.

Em alguns momentos, *Calibã e a Bruxa* introduz explicações menos maniqueístas, nas quais a economia de mercado é agente apenas indireto dos acontecimentos. Por exemplo, o livro aponta a coincidência entre crise socioeconômica (aumento de preços) e caça às bruxas,⁴⁶ que funcionaria, assim, como uma espécie de expiação de uma situação de insegurança geral. Da mesma forma, a retomada do argumento de Alan Macfarlane e Keith Thomas, de que “houve uma marcante deterioração da condição de vida das mulheres idosas, que se seguiu a perda das terras comunais e a reorganização da vida familiar — que passou a priorizar a criação dos filhos às custas do cuidado que antes se dedicava aos idosos”,⁴⁷ aponta efeitos econômicos sobre relações societárias.

Se Maria Mies, para o caso alemão, observou “relativa liberdade das mulheres no comércio e no artesanato” no final da Idade Média,⁴⁸ Federici

⁴¹ Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 145.

⁴² Christopher Hill, “Uma revolução burguesa?”, *Revista Brasileira de História*. v. 4, n. 7 (1984), pp. 7-32 (p. 11).

⁴³ Christopher Hill, *De la Reforma a la Revolución Industrial 1530-1780*, Barcelona: Ariel, 1991.

⁴⁴ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 209.

⁴⁵ Immanuel Wallerstein, *O sistema mundial moderno*, Porto: Afrontamento, 1974, p. 92.

⁴⁶ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 314.

⁴⁷ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 361.

⁴⁸ Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, p. 164.

generaliza descrevendo, com pouco embasamento em dados, a Idade Média como um período áureo por vários aspectos: 1) “sexualidade pública e coletiva” de origem pagã que depois foi proscrita; 2) nas cidades com menor tutela masculina, as mulheres “podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres”; 3) a prostituição aparecia como uma alternativa de trabalho, inclusive com altos salários, sendo limitada pelo avanço capitalista.⁴⁹ Esse período de maior autonomia é substituído por outro, controlado pelos homens, inclusive artesãos e camponeses, e pelo Estado:

Enquanto na Idade Média elas (as mulheres) podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.⁵⁰

Entre os efeitos da contrarrevolução do século XV estava a cooptação de “trabalhadores mais jovens e rebeldes por meio de uma maliciosa política sexual, que lhes deu acesso a sexo gratuito e transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias” pela descriminalização do estupro.⁵¹ Para demonstrar essa contrarrevolução, a autora apresenta estudos muito localizados, alguns deles datados do século XIV, e não fica claro que os agentes desse processo, autoridades estatais ou municipais, eram pessoas vinculadas à nascente economia de mercado.

Com outra cronologia, Philippe Ariés constatou que o “infanticídio tolerado” perdurou até o século XVII e que, mesmo sendo considerado crime, era tratado pelos bispos com severas admoestações contra a prática de as crianças serem postas a dormir na cama dos pais, onde podiam morrer asfixiadas.⁵² Na obra de Delumeau, publicada originalmente em 1978, é ainda na Idade Média que uma inquietude clerical associou a magia à heresia e levou a perseguições e processos; em meados do século XIV, aparece a palavra “sabá” para designar as reuniões diabólicas e, nesse mesmo século, ocorrem vários processos de feitiçaria conduzidos pela Inquisição.⁵³ Outra imagem da Igreja medieval como controladora da sexualidade do povo está em *Família e*

⁴⁹ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 63, p. 83, p. 188, p. 349.

⁵⁰ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 178.

⁵¹ Federici, *Calibã e a bruxa*, pp. 103-104.

⁵² Philippe Ariés, *História Social da criança e da família*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1981, p. 17.

⁵³ Jean Delumeau, *História do medo no ocidente*, São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, pp. 525-526.

Parentesco na Europa, de Jack Goody,⁵⁴ que diferencia formas de controle do crescimento da população que eram aceitas pela Igreja (celibato sacerdotal e laico e casamento tardio) das formas que eram severamente condenadas (*coitus interruptus*, aborto, contracepção e infanticídio). A primeira das práticas condenadas não era ato exclusivo da mulher.

A caça às bruxas é associada, por outros autores, ao disciplinamento social, porém a ênfase sobre as mulheres é interpretada não apenas por sua familiaridade com o parto, mas também por suas estreitas relações com crianças, doentes e velhos, por sua proximidade com a morte e por sua tarefa de providenciar a alimentação. A análise não exclui a perseguição a homens: “Enquanto na Europa Central e Ocidental a maioria das vítimas foi mulheres, na Finlândia e na Islândia principalmente os homens foram considerados bruxos”.⁵⁵ Stuart Clark oferece uma acurada interpretação para o fato de as bruxas serem principalmente mulheres, destacando a influência da relação de gênero sobre os sistemas representacionais que operavam de modo binário e associavam simbolicamente os homens com categorias positivas e as mulheres com suas contrapartes negativas:⁵⁶

Em nível demonológico, portanto, as bruxas eram mulheres porque o sistema representacional que as regia exigia, para sua coerência, uma correlação geral entre oposições primárias como bem/mal, ordem/desordem, alma/corpo e masculino/feminino; eram mulheres que, pelo comportamento inspirado pelo mestre da inversão, o diabo, invertiam os atributos polarizados atribuídos aos gêneros na cultura instruída do final do período medieval e início da era moderna; e desses subversivos, elas eram consideradas as mais extremadas e perigosas.⁵⁷

Segundo Federici, a ação do capitalismo patriarcal para excluir as mulheres do trabalho assalariado e torná-las “uma máquina de produção de novos trabalhadores” ou “trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica” depois de “dois séculos de terrorismo de Estado” estaria praticamente completa até o final do século XVII.⁵⁸ Como enquadrar a atividade das mulheres urbanas descritas por Natalie Z. Davis para o século

⁵⁴ Jack Goody, *Família e casamento na Europa*, Oeiras: Celta, 1995, p. 173.

⁵⁵ Peter Johann Mainka, “A bruxaria nos tempos modernos – Sintoma de crise na transição para a modernidade”, *História: Questões & Debates*, v. 37, n. 2 (2002) pp. 113-144 (p. 126,128), <https://doi.org/10.5380/his.v37i0.2705>.

⁵⁶ Stuart Clark, *Pensando com demônios: A ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna*, São Paulo: Edusp, 2006, p. 171.

⁵⁷ Clark, *Pensando com demônios*, p. 187.

⁵⁸ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 26, p. 182, p. 203, p. 188.

XVI – já no período moderno –, considerado “terrorismo de Estado”?⁵⁹ As passagens selecionadas de artigos de Davis, em *Calibã e a Bruxa*, são outras. Quanto ao “putting-out” no processo de transição ao capitalismo, envolveu a família camponesa como um todo, que foi sendo submetida aos poucos pelo mercador-manufatureiro.⁶⁰

O livro *Costumes em Comum* é citado pela autora, porém sente-se falta de referência à “Economia Moral da Multidão”, que analisa as manifestações populares contra as transformações que caracterizam a emergência da economia de mercado no século XVIII. A divisão de trabalho por gênero podia ser usada pela comunidade camponesa em favor de seus protestos, pois as mulheres conheciam a produção do pão e sabiam julgar as falcatruas dos moleiros e padeiros, e tomavam a frente dos protestos, uma vez que estavam menos expostas do que os homens, eventuais empregados assalariados.⁶¹ As autoridades temiam a violência e a provocação da língua feminina, porque “as mulheres às vezes conseguiam atingir seus objetivos pela zombaria, pelo insulto ou cobrindo os fazendeiros ou negociantes de vergonha com as suas queixas”.⁶²

Agentes: grupos sociais, Estado, filósofos naturais

Autor citado por Federici, Keith Thomas, em obra de 1971, trouxe dados sobre as representações medievais da bruxaria na Europa, reconhecendo que há mudanças na sociedade inglesa sobre o tema a partir de final do século XV.⁶³ Entretanto, as explicações de Thomas não endossam a tese de forças capitalistas subjugando a liberdade feminina. O autor acompanha a evolução dos estatutos de bruxaria na Inglaterra e o papel de advogados, juízes, clérigos e autoridades, apontando o protagonismo das comunidades rurais:

Mesmo quando as leis (de bruxaria) estavam em vigor, houve casos em que uma comunidade ignorava o mecanismo normal do processo e fazia a lei com as suas próprias mãos, maltratando ou “submergindo” uma bruxa à força, chegando às vezes a causar-lhe a morte no processo.⁶⁴

⁵⁹ Davis, *Culturas do povo*.

⁶⁰ Paul Sweezy, et al., *A transição do feudalismo para o capitalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 99, p. 141.

⁶¹ Thompson, *Costumes em comum*, p. 183.

⁶² Thompson, *Costumes em comum*, p. 254.

⁶³ Keith Thomas, *Religião e o declínio da magia: Crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 357.

⁶⁴ Thomas, *Religião e o declínio da magia*, p. 368.

As corporações locais financiavam, ocasionalmente, alguns processos, e o clero e a pequena nobreza locais, influenciados pelas ideias continentais (sobre demonólatras), dedicavam-se a extrair confissões de participação em bruxaria diabólica. Mas as evidências não dão sustentação à noção de que, com exceção do Hopkins (um caça-bruxas), a iniciativa de muitos processos contra bruxas na Inglaterra tenha vindo de cima. (...) Foi o temor popular ao *maleficium* que proporcionou a força motriz à perseguição contra as bruxas (...) A bruxa era um objeto de ódio para seus vizinhos.⁶⁵

Um olhar para as aldeias e para a cultura popular se faz necessário para compreender o que levava crianças e jovens de ambos os sexos a acusar mulheres de bruxarias e de atos fantásticos e a testemunhar contra elas.⁶⁶ Laura de Mello e Souza, após reconhecer que as teorizações de teólogos e juristas foram decisivas no combate movido às bruxas, observa que muitas perseguições tiveram base popular e comunitária.⁶⁷ Quando mencionada em *Calibã e a Bruxa*, a ação das comunidades é minimizada e vista como decorrente da ação “oficial”, ou seja, o avanço da perseguição levaria à denúncia dos próprios vizinhos.⁶⁸

À medida que se lê *Calibã e a Bruxa*, vê-se que os agentes da queima das bruxas na Europa não são aqueles que a produção histórica identifica com os interesses “capitalistas” em formação. Segundo o livro, no início da Idade Moderna teria ocorrido uma aglutinação de forças do poder feudal (nobreza, Igreja e burguesia) contra a rebelião proletária, não ficando clara qual seja esta rebelião.⁶⁹ A burguesia, mencionada como “feudal”, corresponde à origem semântica do termo: habitante do burgo, camada que, depois de conquistar a soberania de suas comunas, teria restituído o poder à nobreza, “subordinando-se voluntariamente ao reinado do Príncipe e dando, assim, o primeiro passo em direção ao Estado absolutista”.⁷⁰ Para o caso inglês, berço do capitalismo, esse esquema não se aplica, pois ali a *gentry* inglesa (a pequena nobreza progressista) fez oposição às forças tradicionais, compostas de aristocracia, monarquia, clero anglicano, segundo Hill.⁷¹

Quanto ao clero, não há dúvidas de sua agência fundamental na evolução da misoginia que se observa desde a Idade Média.⁷² Porém, clero e

⁶⁵ Thomas, *Religião e o declínio da magia*, pp. 371-373.

⁶⁶ Julio Caro Baroja, *As Bruxas e o seu mundo*, Lisboa: Veja, 1978, pp. 272-273.

⁶⁷ Laura de Mello e Souza, *A feitiçaria na Europa Moderna*, São Paulo: Ática, 1987, p. 35.

⁶⁸ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 308.

⁶⁹ Federici, *Calibã e a bruxa*, pp. 107-108.

⁷⁰ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 108.

⁷¹ Christopher Hill, “Uma revolução burguesa?”.

⁷² Delumeau, *História do medo no ocidente*, p. 473, p. 481.

ordens religiosas, na qualidade de instituição, não são agentes capitalistas, com exceção de algumas comunidades calvinistas.⁷³ “Classe alta” e “elites europeias” são termos pouco precisos para definir camadas sociais efetivamente comprometidas com o capitalismo, ainda que não se possa duvidar de sua hostilidade às manifestações populares. Na visão de Wood,⁷⁴ os arrendatários (fazendeiros, *farmers*) operavam tanto com o trabalho de assalariados quanto com a autoexploração familiar, tendo sido bem-sucedidos em um contexto de empobrecimento camponês que lhes providenciou a mão de obra necessária.

A figura central do processo descrito em *Calibã e a Bruxa* é o Estado. Federici recrimina Marx por desconhecer “essa campanha terrorista patrocinada pelo Estado” que foi a “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII, e as discordâncias da autora com Foucault giram em torno desse ponto.⁷⁵ É certo que o chamado “Estado absolutista” teve preocupação com o crescimento da população, que era um dos aspectos da política mercantilista. E este Estado renascentista realmente apoiou a Igreja e deixou o direito penal mais arbitrário.⁷⁶ Contudo, historiadores sempre alertaram para os inúmeros fatores que limitavam o absolutismo: “A lei divina cristã, as leis fundamentais do reino, que exprimem algumas dessas condições de existência, as leis do direito das gentes, como as que garantem a propriedade, os corpos e as comunidades, seus contratos, costumes e privilégios, tudo isso limita o poder do rei”.⁷⁷ Pesquisas mais recentes questionam, de modo mais incisivo, o alcance do poder absoluto, demonstrando “o protagonismo da nobreza, do clero, dos conselhos regionais, das autoridades urbanas e da sociedade política em geral”.⁷⁸

Pode-se lembrar que, justamente no marxismo, predominou a interpretação de que o Estado desse período era uma “forma tardia e decadente da exploração feudal”.⁷⁹ Porém, sabe-se que os controles burocráticos acabaram por beneficiar o capitalismo, configurando o

⁷³ Simon Schama, *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época do Ouro*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 338.

⁷⁴ Wood, *A origem do Capitalismo*, p. 86.

⁷⁵ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 118, p. 169.

⁷⁶ Delumeau, *História do medo no ocidente*, pp. 532-533.

⁷⁷ Roland Mousnier, “Os séculos XVI e XVII”, in Maurice Crouzet (org.), *História geral das civilizações*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 185.

⁷⁸ Bruno Kawai Souto Maior de Melo e Marília de Azambuja Ribeiro Machel, “Sistemas políticos e estruturas de poder”, in André de Araújo et al. (orgs.), *A Época Moderna*, Petrópolis: Vozes, 2024, pp. 97-127 (p. 112).

⁷⁹ Sweezy et al., *A transição do feudalismo para o capitalismo*, p. 63.

“estatismo” enunciado por Wallerstein, e que, na expansão ultramarina, formou-se uma “simbiose particular entre capital e Estado”.⁸⁰

Um segundo argumento de Federici sobre o papel do poder político na perseguição às bruxas precisa ser desdobrado. Por serem “feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas (...) debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, para subverter a ordem constituída”.⁸¹ Esse argumento se enquadra em um conjunto que Stuart Clark categorizou como “interpretar os processos contra bruxas como mais um meio apenas de controle social”.⁸² A proposta do autor é observar modos de pensar do período: “(...) a política mística foi o veículo para afirmações sobre autoridade que tinham um parentesco especial com as dos autores sobre bruxaria”.⁸³ Se as bruxas eram responsabilizadas pela desordem, isso tinha a ver com crenças das primeiras formas de autoridade moderna, que viam os reis como divinos ou quase divinos: “Servir ao diabo e a desordem a que isto levava só poderiam ter parecido ofensas criminosas hediondas aos que supunham que Deus era o criador direto das formas políticas”.⁸⁴

É nesse contexto que se situa o jurista Jean Bodin, que defendeu uma implacável repressão às bruxas em livro escrito em 1580 e, sobretudo, influenciou magistrados e a alta justiça encarregada pelos delitos de feitiçaria.⁸⁵ Para Clark, em Bodin, a instigação da destruição judicial de bruxas e a reformulação dos primeiros princípios da soberania absoluta estavam num terreno comum de ideias:

Da mesma forma que a proteção de uma sociedade inteira contra o demonismo era uma expressão direta da divindade de seu governante (que garantia um benefício comunal sendo diferente, como classe, dos outros homens), uma nação em que a bruxaria florescesse não era só mal governada no sentido administrativo, mas carente de atributos essenciais da soberania.⁸⁶

⁸⁰ Wallerstein, *O sistema mundial moderno*, p. 73; Leonardo Marques e Maximiliano Mac Menz, “Capitalismo”, in André de Araújo et al., *A Época Moderna*, Petrópolis: Vozes, 2024, pp. 129-156 (p. 138).

⁸¹ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 314.

⁸² Clark, *Pensando com demônios*, pp. 691-693.

⁸³ Clark, *Pensando com demônios*, p. 769.

⁸⁴ Clark, *Pensando com demônios*, p. 756.

⁸⁵ Federici, *Calibã e a Bruxa*, p. 301; Robert Mandrou, *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*, São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 111.

⁸⁶ Clark, *Pensando com demônios*, p. 839. Uma proposição que faz de Bodin, um moderno teórico do Estado, é o alerta ao Príncipe de que guerras religiosas não eram assuntos concernentes ao Estado. Ler: Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 620.

Mies e Federici também atribuíram ao Estado ações para controlar a capacidade reprodutiva das mulheres por diferentes meios. Uma dessas ações teria sido sobre as parteiras. É inquestionável o fato de que os médicos, ao institucionalizarem a obstetrícia, subordinaram as parteiras a suas diretrizes e que esse processo iniciou no século XVII.⁸⁷ O que não parece crível é que as parteiras tenham se afastado de seu ofício por temor aos agentes do Estado e do capital. Havia parteiras com clientela de poder aquisitivo e que publicaram manuais no século XVII, e o próprio controle médico acarretou, no século XVIII, a disseminação de escolas de parteiras na Europa.⁸⁸

De modo genérico, não se duvida que Estados exerçam poderes sobre as camadas populares. Contudo, quais eram os países onde a condenação das bruxas ocorria em paralelo com o avanço do capitalismo? Segundo Mainka, os “centros da perseguição foram a Suíça, a França, a Escócia e, principalmente, o Sacro Império Romano-Germânico, onde havia mais da metade dos aproximadamente 100 mil casos acusados de bruxaria e também mais da metade das 50 mil execuções em toda a Europa”.⁸⁹ Delumeau situa o fenômeno por regiões de modo semelhante: Escócia e sudoeste da Alemanha, região da Lorena (França), Neuchâtel e bispado da Basileia na Suíça.⁹⁰ A Inglaterra, país de proa na passagem ao capitalismo, não tem destaque numérico nesses acontecimentos. De qualquer forma, na visão de *Calibã e a Bruxa*, o processo de caça às bruxas só chegou ao fim no final do século XVII “porque a classe dominante,⁹¹ nesse período, desfrutava de uma crescente sensação de segurança com relação ao seu poder — e não porque uma visão mais ilustrada do mundo tivesse surgido”.⁹² Para quem opera no terreno das ideias, a demonologia foi perdendo suas âncoras intelectuais:

Se a crença em bruxaria adquiriu algum tipo de proeminência intelectual nos séculos XV e XVI, é provavelmente porque as maneiras de pensar com as quais ela estava mais intimamente associada eram consideradas, na época, detentoras de possibilidades promissoras (...) Se, durante os séculos XVII e XVIII, a crença em bruxaria perdeu seu apelo intelectual, é

⁸⁷ Ana Paula Vosne Martins, *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 70.

⁸⁸ Martins, *Visões do feminino*, pp. 74-76.

⁸⁹ Mainka, “A bruxaria nos tempos modernos”, p. 117.

⁹⁰ Delumeau, *História do medo no ocidente*, pp. 529-531, 538.

⁹¹ O último enforcamento por bruxaria na Inglaterra ocorreu em 1685, e a última condenada, cuja pena foi suspensa, foi em 1712. Consultar: Thomas, *Religião e o declínio da magia*, p. 367.

⁹² Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 365. Para os autores que reconhecem que houve uma “crise do século XVII”, o triunfo da sociedade capitalista se dá apenas no final do século XVIII. Ler: Sweezy et al., *A transição do feudalismo para o capitalismo*, p. 162.

também, provavelmente, porque esses mesmos aliados no mundo do pensamento estavam perdendo os seus.⁹³

Ao analisar a destruição de uma ampla gama de crenças pré-capitalistas, Federici postula que é também o Estado que fala por meio dos filósofos naturais (termo que designava os cientistas na época): “Por trás da nova filosofia encontramos a vasta iniciativa do Estado, a partir da qual o que os filósofos classificaram como ‘irracional’ foi considerado crime”.⁹⁴ Essa visão da história já tinha contrapartida antes da publicação de *Calibã e a Bruxa*, quando, nos anos 1970, Keith Thomas concluiu: “(...) originalmente a magia e a ciência andaram de mãos dadas”.⁹⁵ A própria Federici traz um comentário de que, para Newton e outros cientistas, a magia sobrenatural permanecia teoricamente plausível.⁹⁶ Estes laços entre ciência e magia não eram exceção: “As crenças em bruxaria tiveram, porém, ‘um fundamento genuinamente científico’ na velha filosofia natural – isto é, elas se apoiaram em visões da agência demoníaca na natureza vistas como genuinamente científicas”.⁹⁷

Bacon, que morreu no início do século XVII e que foi o proponente de um novo método para a busca do conhecimento,⁹⁸ exemplificaria a perseguição às bruxas e o surgimento da ciência moderna por meio da sua metáfora de que “o método pelo qual os segredos da natureza poderiam ser descobertos consistia em investigar os segredos da bruxaria pela Inquisição”.⁹⁹ Na década 1960, Frances Yates situara Bacon entre dois mundos, pois ele conhecia a magia imaginativa do Renascimento e, ao mesmo tempo, começava a se desvencilhar dela.¹⁰⁰ Em estudos mais recentes, Stuart Clark afirma que até mesmo a última obra de Bacon “parece ser uma mera continuação da tradição da magia natural”, e esse não seria um texto atípico dele, como alegam os que o veem como um precursor da ciência moderna.¹⁰¹

Para embasar a afirmação de que filósofos mecanicistas “apoiaram fortemente a caça às bruxas”, Federici resgata uma declaração de Hobbes: “(...) não creio que sua bruxaria contenha em si nenhum poder efetivo: mas é justo que as castiguem pela falsa crença que têm de ser a causa do malefício e,

⁹³ Clark, *Pensando com demônios*, p. 850.

⁹⁴ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 257.

⁹⁵ Thomas, *Religião e o declínio da magia*, p. 524.

⁹⁶ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 364. Sobre a vinculação de Newton com a alquimia, ver: Clark, *Pensando com demônios*, p. 392.

⁹⁷ Clark, *Pensando com demônios*, p. 387.

⁹⁸ Paolo Rossi, *Os filósofos e as máquinas*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 75.

⁹⁹ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 344.

¹⁰⁰ Frances Amelia Yates, *Ideas e ideais del Renacimiento en el norte de Europa*, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 107.

¹⁰¹ Clark, *Pensando com demônios*, p. 296.

ademaís, por seu propósito de fazê-lo, se puderem”.¹⁰² Essa opinião não pode ser associada à chacina, tortura e morte. O ceticismo de Hobbes e daqueles que duvidavam da existência da bruxaria e da realidade física dos demônios “era considerado como estando diretamente relacionado com seu ateísmo”.¹⁰³

Alguns historiadores retratam a época de modo diferente. Caro Baroja menciona escritores do século XVI,¹⁰⁴ como Montaigne, que expressaram incredulidade a tudo que estivesse relacionado com bruxas. Na primeira metade do século XVII, segundo Mandrou, magistrados parisienses já manifestavam reservas ante fatos da feitiçaria, e o Parlamento de Paris tomava medidas para refrear juízes subalternos em seu ânimo quanto a processos sobre demônios. O crime de feitiçaria, assim, passou a ser considerado um crime menor de charlatanice.¹⁰⁵

Considerações finais

Há, certamente, uma perenidade e uma universalidade da “questão da mulher”, pois, mesmo que haja contextos muito diferentes, a desigualdade de gênero está em quase todo lugar. A luta feminista é sempre necessária e tem denunciado opressões. Contudo, neste artigo estamos analisando o discurso intelectual de escritoras que fazem determinados usos do passado, expediente que não parece imprescindível à causa feminina. Veja-se a crítica de Mies ao conceito de família:

Não só esse conceito é utilizado e universalizado de forma eurocêntrica e a-histórica, apresentando a família nuclear como a estrutura básica e atemporal de toda a institucionalização das relações entre homens e mulheres, como também esconde a estrutura hierárquica e não igualitária dessa instituição.¹⁰⁶

Falta aí o diálogo com pesquisas de História Social da Família e da feitiçaria do período moderno, feitas ainda nas décadas de 1960 e 1970 e que mostram a diversidade de arranjos familiares e, principalmente, a agência de camponeses. Normas comunitárias na Europa do século XVIII garantiam o cumprimento da promessa matrimonial. Assim, a alta taxa de gravidez pré-nupcial em comunidades rurais não levava à bastardia; por outro lado, métodos de contracepção são implementados principalmente pelas mulheres

¹⁰² Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 260, p. 365.

¹⁰³ Clark, *Pensando com demônios*, p. 394.

¹⁰⁴ Baroja, *As bruxas e o seu mundo*, p. 286.

¹⁰⁵ Mandrou, *Magistrados e feitiçeiros na França do século XVII*, p. 19, p. 278, p. 289, p. 437.

¹⁰⁶ Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, p. 113.

para evitar a alta taxa de mortalidade infantil.¹⁰⁷ O Estado inglês, ao invés de fomentar a cópula entre os pobres, predispunha-se a moralizar a família, tentando evitar a bastardia e o número de órfãos sustentados pelos cofres públicos no século XVII.¹⁰⁸

Ilegitimidade, bastardia e, até mesmo, família são noções construídas socialmente, e o grau de participação popular ou das elites nessas construções culturais é variável. Essa análise acompanha a transformação do pensamento sociológico, que cunhou uma teoria de agência “completamente humana e completamente social, tanto sob a forma de atores individuais como de agentes coletivos”.¹⁰⁹

Explicações teóricas abrangentes derivadas do marxismo, mesmo fazendo-lhe ressalvas, atribuem ao capitalismo uma força monolítica unidirecional, desconhecendo as condições econômicas regionais e a agência de culturas locais. Diversidades e complexidades têm pouco espaço nesse quadro. O capital é personificado e, no limite, transforma-se em um satã invisível que se incorpora no corpo operário masculino para assim penetrar no feminino, produzindo a necessária mão de obra. É como se o pensamento mágico que acredita nas bruxas e as condena contaminasse a análise que pretende denunciar a barbárie. Não se contesta que a caça às bruxas tenha se manifestado principalmente no período moderno, mas é preciso considerar fatores não econômicos: 1) enquanto, na Idade Média, a pessoa da bruxa não era condenável – apenas seus atos –, a partir da Baixa Idade Média a feitiçaria se tornou herética; 2) a alta mortalidade infantil por doenças podia suscitar a caça às bruxas como “bode expiatório”.¹¹⁰ Além disso, é necessário considerar, sobretudo, os esquemas de pensamento que sustentaram a demonologia no início da era moderna.¹¹¹

A Reforma religiosa, a invenção e popularização da imprensa, o desenvolvimento da ciência moderna são fenômenos que ocorreram no período moderno e, de um modo ou de outro, contribuíram para o aparecimento do capitalismo. Porém, esses acontecimentos não podem ser vistos como causados pelo capitalismo. No caso da caça às bruxas, a relação entre controle de úteros e capitalismo não encontra dados dóceis para demonstração. As imagens e representações de bruxaria podiam se instalar em territórios com características diferentes das da Europa. Por exemplo, as

¹⁰⁷ Fonseca, “A História Social no estudo da família”, p. 54, p. 60.

¹⁰⁸ Fonseca, “A História Social no estudo da família”, p. 56.

¹⁰⁹ Piotr Sztompka, *A sociologia da mudança social*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 330.

¹¹⁰ Souza, *A feitiçaria na Europa Moderna*, p. 18, p. 26.

¹¹¹ Clark, *Pensando com demônios*, p. 848. Os campos intelectuais que Clark examinou foram divididos em ciência, história, religião e política.

perseguições à feitiçaria atravessaram o Atlântico, e os documentos das visitas ao Santo Ofício na América revelam amálgamas culturais entre o contexto europeu e o mundo colonial. Além disso, o olhar demonológico europeu passou a chamar todos os responsáveis pelo espaço do sagrado (xamãs, caraíbas, pajés) de bruxos e feiticeiros.¹¹²

Porém, as bruxas podem ter outros significados. Se a descrição das “comunidades femininas” para o século XV não pareceu muito convincente,¹¹³ a ação coletiva feminina para traduzir o livro de Federici foi bastante concreta, como expressa a autora em uma entrevista: “Quando vejo mulheres unidas, trabalhando juntas para traduzir um livro sobre resistência feminina, sei que a força dessas bruxas ainda está viva”.¹¹⁴ O coletivo Sycorax, que traduziu *Calibã e Bruxa*, também traduziu o livro de Maria Mies, e as tradutoras relatam sobre a experiência de gestão coletiva e de produção de uma obra “para fins não comerciais”:

A prática de tradução coletiva pode ser vista não apenas como processo de produção de um texto traduzido, mas também de formação intelectual e política. (...) Para garantir que o livro pudesse ser difundido livremente para fins não comerciais em sua versão on-line, o Coletivo Sycorax participou da aquisição dos direitos autorais: enquanto as editoras arcaram com os direitos de tradução para a cópia impressa, o Coletivo arcou com os direitos sobre a distribuição do arquivo eletrônico. Com isso, possibilita a circulação gratuita da versão eletrônica da obra, como já acontece – necessariamente e por posicionamento político – com todas as outras obras traduzidas por ele até aqui.¹¹⁵

Em *Calibã e a Bruxa*, a condenação pela prática do aborto é central no argumento e, efetivamente, levou muitas mulheres à fogueira desde a Idade Média. Nos movimentos de final dos anos 1960 nos Estados Unidos, um panfleto recordava que as bruxas foram as primeiras praticantes do controle de natalidade e do aborto.¹¹⁶ Pode-se sugerir que o acolhimento do livro no

¹¹² Laura de Mello e Souza, *Inferno Atlântico: Demonologia e Colonização Séculos XVI-XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 161-162.

¹¹³ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 64.

¹¹⁴ Helô D'Angelo, “A caça às bruxas é uma história do presente, diz Silvia Federici em lançamento de livro em SP”, *Cult*, São Paulo, 21 jul. 2017, <https://revistacult.uol.com.br/home/silvia-federici-caliba-e-a-bruxa/>.

¹¹⁵ Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, p. 11.

¹¹⁶ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 292.

Brasil insere-se na atualidade da luta pela descriminalização do aborto, cuja clandestinidade é uma ameaça à vida das mulheres.¹¹⁷

A leitura crítica que resultou nesta exposição também permitiu perceber que as autoras lidas estão/estavam, como outras tantas mulheres, em busca de uma utopia, a libertação feminina. Utopia não porque não seja alcançável, mas porque precisa ser constantemente renovada.

¹¹⁷ DéboraDiniz e Marcelo Medeiros, “Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna”, *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1 (2010), pp. 959-966 (p. 964), <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700002>.

Referências

Ana Paula Vosne Martins, *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

Bruno Kawai Souto Maior de Melo e Marília de Azambuja Ribeiro Machel, "Sistemas políticos e estruturas de poder", in André de Araújo et al. (orgs.), *A Época Moderna*, Petrópolis: Vozes, 2024, pp. 97-127.

Christopher Hill, *De la Reforma a la Revolución Industrial 1530-1780*, Barcelona: Ariel, 1991.

Christopher Hill, "Uma revolução burguesa?", *Revista Brasileira de História*. v. 4, n. 7 (1984), pp. 7-32.

Cláudia Fonseca, "A História Social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar", *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 27 (1989), pp. 51-73.

DéboraDiniz e Marcelo Medeiros, "Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna", *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1 (2010), pp. 959-966, <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700002>.

Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Ellen Meiksins Wood, *A origem do Capitalismo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Frances Amelia Yates, *Ideas e ideales del Renacimiento en el norte de Europa*, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Helô D'Angelo, "A caça às bruxas é uma história do presente, diz Silvia Federici em lançamento de livro em SP", *Cult*, São Paulo, 21 jul. 2017, <https://revistacult.uol.com.br/home/silvia-federici-caliba-e-a-bruxa/>.

Immanuel Wallerstein, *O sistema mundial moderno*, Porto: Afrontamento, 1974.

Jack Goody, *Família e casamento na Europa*, Oeiras: Celta, 1995.

Jean Delumeau, *História do medo no ocidente*, São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

Julio Caro Baroja, *As bruxas e o seu mundo*, Lisboa: Veja, 1978.

Karl Marx, *O capital: crítica da economia política: livro 1*, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Keith Thomas, *Religião e o declínio da magia: Crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Laura de Mello e Souza, *A feitiçaria na Europa Moderna*, São Paulo: Ática, 1987.

Laura de Mello e Souza, *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização Séculos XVI-XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Leonardo Marques e Maximiliano Mac Menz, "Capitalismo", in André de Araújo et al., *A Época Moderna*, Petrópolis: Vozes, 2024, pp. 129-156.

Margaret Benston, "The Political Economy of Women's Liberation", *Monthly Review*, New York, Set. 2019, <https://monthlyreview.org/2019/09/01/the-political-economy-of-womens-liberation/>.

Maria Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho*, São Paulo: Ema Livros/Editora Timo, 2022.

Mariarosa Dalla Costa e Selma James, "Women and the Subversion of the Community", in *The Power of Women and the Subversion of the Community*, Bristol: Falling Wall, 1975, pp. 21-56.

Natalie Zemon Davis, *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Neuma Aguiar, "Patriarcado, sociedade e patrimonialismo", *Sociedade e Estado*, v. 15, n. 2 (2000), pp. 303-330, <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>.

Paolo Rossi, *Os filósofos e as máquinas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Paul Sweezy et al., *A transição do feudalismo para o capitalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Peter Johann Mainka, "A bruxaria nos tempos modernos – Sintoma de crise na transição para a modernidade", *História: Questões & Debates*, v. 37, n. 2 (2002) pp. 113-144, <https://doi.org/10.5380/his.v37i0.2705>.

Peter Linebaugh, "Todas as montanhas atlânticas estremeceram", *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6 (1983), pp. 7- 46.

Philippe Ariés, *História Social da criança e da família*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

Piotr Sztompka, *A sociologia da mudança social*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Richard Van Dülmen, *Los inicios de la Europa moderna. 1550-1648*, Madrid: Siglo XXI, 1990.

Robert Mandrou, *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*, São Paulo: Perspectiva, 1979.

Roland Mousnier, "Os séculos XVI e XVII", in Maurice Crouzet (org.), *História geral das civilizações*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Rose Marie Muraro, "Breve introdução histórica (ao livro O martelo das feiticeiras)", *Em aberto*, v. 27, n. 92 (2014), pp. 177-187, <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.27i92.2515>.

Silvia Federici, "On Margaret Benston: The Political Economy of Women's Liberation", *Monthly Review*, New York, Set. 2019, <https://monthlyreview.org/articles/on-margaret-benston/>.

Silvia Federici, *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, São Paulo, Elefante, 2017.

Silvia Federici, *Caliban and the Witch*, New York: Autonomedia, 2004.

Simon Schama, *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época do Ouro*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Stuart Clark. *Pensando com demônios. A ideia de bruxaria no princípio da Era Moderna*, São Paulo: Edusp, 2006.

Thomas Southcliffe Ashton, *A Revolução Industrial 1760-1830*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

Artigo recebido em 11-02-2025. Aceito para publicação em 25-04-2025.

Citação: Regina Weber, "Capitalismo e Bruxaria em Teorias Femininas: uma crítica", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), pp. 1-28.

Contato da autora: Regina Weber: regina.weber@ufrgs.br.